



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO LUIZ HENRIQUE MORAES
DE LIMA

Telefone(s): 65 3613-7575 / 7677 / 7155 / 7674 / 7672 / 7121 / 7525 / 7143

E-mail:

Ofício nº : 200/2018

Cuiabá-MT, 27 de fevereiro de 2018

Ao Senhor

ANDRÉ CARVALHO RONDON BADINI

Superintendente da Defesa do Consumidor – PROCON e Presidente do Conselho Gestor do FUNDECON

Cuiabá - MT

Assunto: Levantamento – Processo nº 31.385-8/2017

Senhor Superintendente,

Nos termos dos artigos 6º, 59, IV, 60 e 61, § 2º da Lei Orgânica nº 269/2007-TCE, combinados com os artigos 89, VIII e 257, III da Resolução nº 14/2007 - TCE, científico Vossa Senhoria das conclusões do Relatório Técnico de Levantamento¹ do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (*hiperlink* [Relatório Técnico](#)), para ciência e apresentação de comentários cabíveis, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste.

Solicito que consigne em sua resposta o número do citado processo.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

LUIZ HENRIQUE LIMA

Conselheiro Interino conforme Portaria nº 122/2017

1 Art. 148. O Tribunal, no exercício de suas atribuições, poderá realizar fiscalizações nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, com vistas a verificar a legalidade, a economicidade, a legitimidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade de atos, contratos e fatos administrativos, mediante os seguintes instrumentos:

§ 2º. Levantamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I. Conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes Estaduais e Municipais, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;

II. Identificar objetos e instrumentos de fiscalização;

III. Avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.

IV. Promover diagnósticos com a finalidade de identificar fragilidades, determinar a adoção de medidas corretivas e/ou propor melhorias na unidade gestora fiscalizada.